



Bruxelas, 10 de novembro de 2021  
(OR. en)

13196/1/21  
REV 1

COH 59

**NOTA**

---

de:	Presidência
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	O contributo dos programas da política de coesão para a recuperação, a sustentabilidade competitiva, a transição ecológica e digital, a resiliência e a coesão económica, social e territorial – desafios e oportunidades nos próximos anos = Debate de orientação

---

Na reunião do Conselho dos Assuntos Gerais dedicada à política de coesão em 18 de novembro próximo, convidam-se os ministros responsáveis pela política de coesão a fornecer mais orientações políticas sobre o contributo dos programas da política de coesão para a recuperação, a sustentabilidade competitiva, a transição ecológica e digital, a resiliência e a coesão económica, social e territorial – desafios e oportunidades nos próximos anos, com base no documento da Presidência constante do anexo da presente nota.

**Documento de referência – Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão), 18 de novembro de 2021*****O contributo dos programas da política de coesão para a recuperação, a sustentabilidade competitiva, a transição ecológica e digital, a resiliência e a coesão económica, social e territorial*****Desafios**

Nas últimas décadas, as disparidades regionais na UE têm vindo a diminuir, registando-se uma convergência notória dos níveis do PIB. No entanto, o impacto da crise económica e financeira de 2008 resultou em progressos desiguais desde então e, além disso, a crise da COVID-19 criou novas perturbações. Em especial, embora a convergência tenha permanecido sólida nos Estados-Membros da Europa oriental, muitas das regiões de rendimento médio do sul da UE e algumas regiões dos Estados-Membros da Europa do noroeste registaram um retrocesso em relação à UE, o que demonstra que os progressos podem ser reversíveis.

A política de coesão contribuiu significativamente para reduzir muitas destas disparidades. Os serviços da Comissão estimam que os programas da política de coesão para 2014-2020 tiveram um impacto significativo no PIB per capita, nomeadamente nas regiões menos desenvolvidas, que deverão crescer mais 2,6 % do que o previsto. As projeções sugerem que o fosso entre as regiões mais ricas e as mais pobres (cada uma representando 10 % da população da UE) diminuirá 3,5 %.

A pandemia de COVID-19 trouxe uma série de desafios até então impensáveis para a coesão territorial da UE em geral. Embora a pandemia de COVID-19 seja demasiado recente para avaliar plenamente o seu impacto nas regiões da UE, as estimativas iniciais sugerem que a pandemia afetará sobretudo as regiões meridionais da UE, em especial as regiões onde o comércio grossista e retalhista, os transportes e o alojamento representam grande parte do valor acrescentado.

Já antes da crise da COVID-19, a economia da UE enfrentava vários desafios estruturais de longo prazo. Alguns deles acentuar-se-ão ainda mais nos próximos anos. Em especial, uma sociedade em rápido envelhecimento acabará por reduzir a oferta de mão de obra e, por conseguinte, o potencial de crescimento da UE. O fraco aumento da produtividade continua a travar o crescimento e a UE está atrasada em relação à China e aos Estados Unidos no processo de transformação digital. Uma mão de obra menos qualificada está também a travar o crescimento económico e a dificultar a recuperação em termos de produtividade. Por último, mas não menos importante, a transição climática, com um impacto territorial desigual, implicará custos sociais e económicos significativos.

As regiões da UE não registam desigualdades apenas a nível da vulnerabilidade em relação a estes desafios, mas também nos instrumentos de que dispõem para os enfrentar, o que poderá resultar num aumento das disparidades nos próximos anos. Em especial, o atual despovoamento afeta principalmente as regiões orientais da UE e algumas regiões meridionais. A transição para uma economia com impacto neutro no clima afetará os territórios fortemente dependentes das atividades extrativas e de exploração mineira e das indústrias com utilização intensiva de carbono e energia, o que está na base da filosofia do Mecanismo para uma Transição Justa. A subida dos preços do carbono e da energia deverá também afetar as regiões mais periféricas, aumentando os seus custos de ligação ao mercado interno.

Em geral, as zonas rurais são particularmente vulneráveis. A sua população já é, em média, mais velha do que a população das cidades, subúrbios e vilas. Estas tendências demográficas, aliadas à falta de conectividade, aos desafios em matéria de infraestruturas e de produtividade e ao acesso reduzido aos serviços públicos, incluindo a educação e a prestação de cuidados, podem contribuir para a menor atratividade das zonas rurais enquanto locais de vida e de trabalho.

Por conseguinte, é fundamental reforçar a resiliência das economias regionais da UE e melhorar a sua capacidade de resposta a choques assimétricos. Em especial, a pandemia realçou o facto de as regiões fortemente dependentes de apenas algumas indústrias transformadoras ou de alguns setores dos serviços serem particularmente vulneráveis. Será necessária uma maior diversificação das atividades económicas regionais, guiada por estratégias de especialização inteligente, investimento na educação e na aprendizagem ao longo da vida e apoio contínuo aos motores do crescimento económico à prova do tempo.

## Oportunidades

Para fazer face a esta combinação inédita de desafios nos próximos anos, os legisladores aprovaram um pacote maciço de apoio financeiro através da combinação de recursos do *Next Generation EU* e do quadro financeiro plurianual 2021-2027. Através de uma articulação adequada dos instrumentos complementares disponíveis e dos mecanismos de coordenação eficazes, os Estados-Membros poderão maximizar os benefícios dos fundos de coesão remanescentes para 2014-2020, da Iniciativa REACT-UE, do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e das novas dotações da política de coesão para 2021-2027, incluindo o financiamento do Fundo para uma Transição Justa. Esta combinação de instrumentos permitirá aos Estados-Membros tornar as suas economias e sociedades mais resilientes e mais bem preparadas para o futuro, contribuindo simultaneamente para as transições ecológica e digital.

No entanto, tornar a UE no seu conjunto mais forte e mais resiliente só será possível se nenhuma pessoa ou região forem deixadas para trás. Sem esta garantia inerente de solidariedade, corre-se o risco de um crescimento desequilibrado e insustentável e de perda de confiança na democracia, nos valores europeus e no próprio projeto europeu.

Por conseguinte, é fundamental dar resposta à situação das "zonas deixadas para trás", onde a globalização e a evolução tecnológica podem ter gerado um legado de desindustrialização, degradação ambiental e um círculo vicioso de baixas qualificações. Do mesmo modo, é essencial reforçar o papel das cidades e dos municípios de menor dimensão, para que estes possam atuar como centros regionais de apoio às zonas rurais vizinhas; proporcionar acesso a uma série de serviços públicos e privados e criar novas perspetivas económicas para as regiões menos desenvolvidas e periféricas. A realização destes objetivos implica a exploração de oportunidades para as zonas rurais com base nos seus ativos naturais, como os recursos naturais, em especial para as energias renováveis, a bioeconomia, a produção e a transformação sustentáveis de alimentos e o turismo, para citar apenas alguns exemplos. Os principais motores para enfrentar com êxito estes desafios são o reforço da conectividade, uma maior diversificação das atividades económicas e uma maior resiliência ambiental, climática e social – no contexto de comunidades locais capacitadas.

O apoio a políticas de base local, apoiadas em estratégias de desenvolvimento territorial adaptadas e assentes em mecanismos de parceria eficazes, tem sido sempre a pedra angular do modelo de governação da política de coesão. No entanto, são necessários mecanismos eficazes de coordenação com outros instrumentos da UE, nomeadamente o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que prosseguem objetivos distintos e utilizam diferentes modos de execução.

***Perguntas para debate***

- Como combinar a política de coesão com outros instrumentos da UE a fim de continuar a reduzir as disparidades em matéria de desenvolvimento e reforçar a resiliência a médio e longo prazo?
  
  - Como abordar adequadamente as diferentes necessidades de cada região e território e aproximar a execução dos fundos da UE dos beneficiários e dos cidadãos?
-